

Ditadura militar

APAGAMENTO E MEMÓRIA



editorial

Em 2024, a Ditadura Militar de 1964 completou 60 anos e, por isso, o Ministério dos Direitos Humanos havia planejado diversos eventos, como a Caminhada do Silêncio, já realizada em 2022, para lembrar e manter na memória da população os ocorridos da época. Entretanto, esses eventos foram cancelados a mando do atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que optou por silenciar e vetar manifestações e eventos destes 60 anos.

Em razão do cancelamento desses eventos que nasce a nossa e-zine, onde temos por objetivo fazer uma crítica a esse posicionamento e analisar o legado militar autoritário e seus resquícios na atual política brasileira.

A Ditadura Militar foi um regime autoritário que teve início com o golpe militar em 1964 e foi um momento histórico marcado pela opressão e censura. Mesmo chegando ao seu fim oficialmente em 1985, a herança desse período permanece enraizada em nossa sociedade e continua a crescer, dado pela ineficácia da Lei da Anistia e o Bolsonarismo, abordados no decorrer da e-zine.

Por último, também foram abordados aspectos artísticos que surgiram durante o período ditatorial e suas heranças culturais.

Buscamos, sobretudo, enfatizar a importância de se lembrar desse período histórico e de como seu apagamento é danoso para a memória daqueles que lutaram pelo fim de sua opressão, assim como para a memória e a perseverança daqueles que continuam sendo afetados por todas as feridas que permanecem abertas desde a ditadura militar.

CANÇÃO DOS LÍRIOS

**Eu canto a vida,
eu canto a liberdade,
como os lírios crescem em nossos campos,
livres, selvagens.**

**Se já não crescem como antes,
existe algo sombrio,
é preciso abrir uma clareira no bosque.**

**Não me limitarei ao campo da arte...
e não escolherei momento, tempo e modo,
de exaltar-te,
lírio, flor, canção, fruto,
amor — a liberdade.**

**Não calarei jamais
e sempre te direi a mais bela, a
mais pura.**

**Se já não crescem como antes os lírios
em nossos campos,
existe algo sombrio,
é preciso abrir uma clareira no bosque.**

CARLOS MARIGHELLA, 1966





E O APAGAMENTO

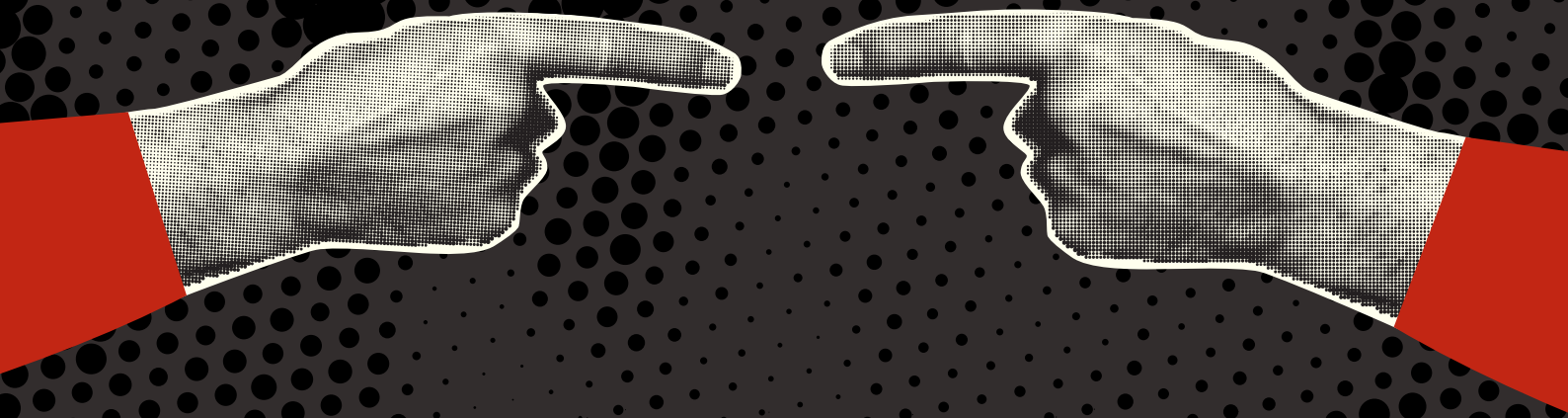
"Eu, sinceramente, não vou ficar remoendo e vou tocar esse país para frente", foi uma fala dita pelo presidente em entrevista ao jornalista Kennedy Alencar, onde também afirma que a ditadura "já faz parte da história" e "o povo já conquistou o direito de democratizar esse país".

Há de se perceber uma controvérsia nesta fala do presidente, pois, em suas candidaturas passadas (2003-2006 e 2007-2010), Lula sempre demonstrou apoio a nunca esquecer a ditadura, sempre colocando em seu discurso a importância de mantê-la viva e expor seus responsáveis. Além disso, em suas campanhas eleitorais, sempre apoiou as minorias, a liberdade de expressão e

o combate a desigualdade, contradizendo sua trajetória política ao silenciar tentativas de demonstrar repúdio à ditadura e seus resquícios na sociedade brasileira.

A ditadura foi um momento histórico com forte presença de perseguição e censura ideológica, com intolerância a opiniões contrárias ou críticas ao governo da época. Como consequência, fez-se frequente o desaparecimento de pessoas, com alguns cidadãos nunca tendo sido encontrados, mesmo com o fim do regime. Além disso, minorias, sobretudo raciais, foram colocadas em situações de violência estatal ainda mais escancaradas e fatais.





A desigualdade urbana existente em nosso país também mostra-se como uma herança dessa época, já que houve um aumento da população na cidade, fazendo com que o governo empurrasse essas pessoas, de maioria negra, para as favelas e periferias, vivendo sem moradia digna, sem transporte de qualidade, sem educação e saúde. Diante disso, atualmente, o governo Lula desenvolve diversas políticas públicas para essa população, que a ditadura “apagada” pelo presidente ajudou a criar e a se consolidar.

O crescimento da desigualdade é percebido durante os anos mencionados, nos quais se colocou diversas pessoas em situação de extrema pobreza e outras em ilhas de riqueza, mostrando que não é possível entender e superar a desigualdade brasileira sem falar na ditadura militar.

A partir disso, é perceptível que a decisão de Lula de cancelar os eventos comemorativos aos 60 anos do golpe militar é um retrocesso e demonstra uma falta de compromisso com a memória e a verdade.

ANISTIA

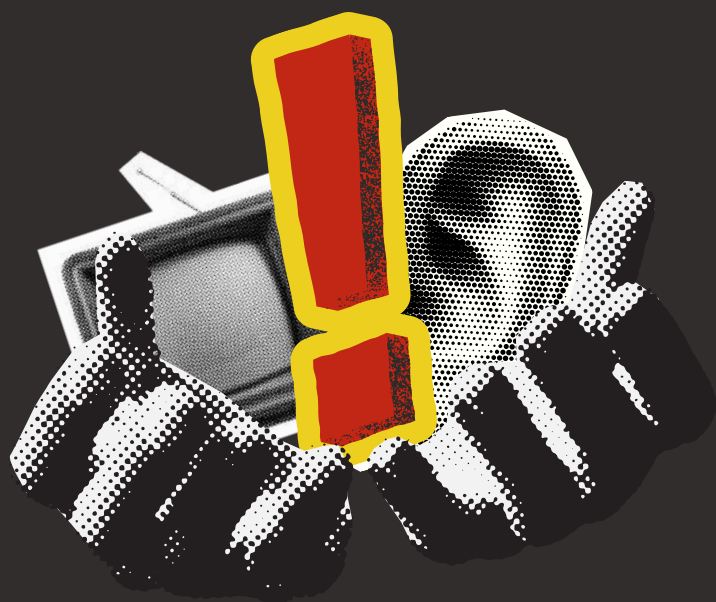
NO BRASIL

A lei da Anistia, promulgada em 1979, pelo presidente João Batista Figueiredo, nada mais é do que o perdão concedido aos presos políticos considerados subversivos pela ditadura militar, ou seja, eram considerados traidores, brasileiros, que por muitas das vezes apenas criticavam o regime.

A ideia de Anistia não surgiu como uma iniciativa do governo, mas sim pela revolta coletiva de brasileiros, que já vinham desde 1975 lutando por essa lei. Diante disso, surgiram muitas organizações civis no Brasil, inclusive o Movimento Feminino pela Anistia, composto por mães, esposas e filhos de presos exilados e desaparecidos. Durante 1978, também surgiu um comitê importante para a história da Anistia, o Comitê Brasileiro pela Anistia, que possuía vários representantes tanto no Brasil, quanto em Paris.

Até 1979, a população participou ativamente desses movimentos pela implementação da lei, chamando atenção nas ruas e na mídia, sempre acompanhados do slogan “Anistia ampla, geral e irrestrita”. Dessa forma, logo alcançaram apoio de várias entidades importantes e, finalmente conseguiram uma resposta do presidente João Batista Figueiredo, o último presidente da ditadura militar, que, em menos de três meses do seu mandato, apresentou como projeto a Lei da Anistia. Mas não agradou a todos, pois o projeto excluía os presos políticos do perdão, gerando uma revolta que culminou em uma greve de fome em vários presídios do país. Eles tiveram apoio do único partido de oposição da época, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que ao visitar alguns presídios, revelou histórias sobre indivíduos condenados por mais de 10 anos, apenas por carregarem livros de ideologia política. Demonstrando a perseguição e a censura durante a ditadura de 1964.

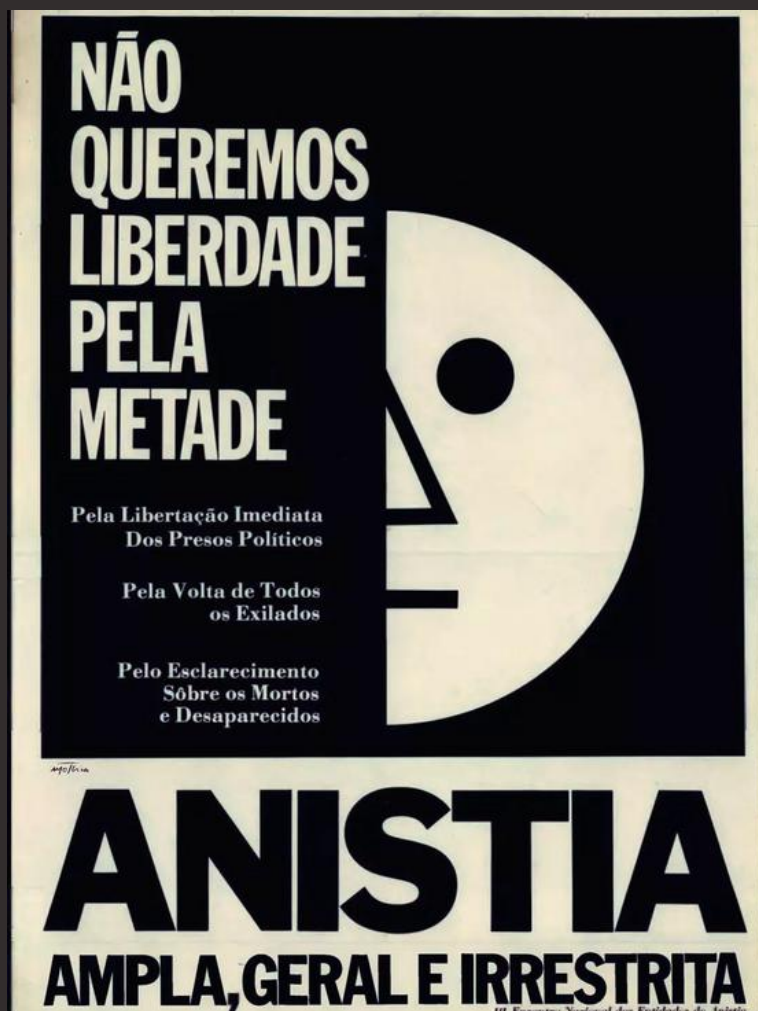
Outro problema identificado na Lei da Anistia, era a impunidade dos militares que praticaram crimes em nome do Estado, como a tortura e execução de opositores. A lei garantia o perdão desses torturadores de forma implícita, sem citar os militares. Essa contradição não deixou de ser percebida pelo Movimento dos Artistas pela Anistia, quando escreveu um Manifesto apontando a anistia para uns e a marginalização para outros.



O MDB não descansou nas denúncias de tortura, perseguição e opressão, por isso continuou levando a pauta de uma “anistia ampla, geral e irrestrita” ao congresso. O projeto deixava explícito uma discriminação, pois aqueles que eram considerados terroristas que já haviam passado pelos tribunais da justiça, não seriam anistiados, já aqueles que responderiam pelo mesmo crime, mas tivessem com seu processo em curso, conseguiriam seu perdão.

A justificativa dada pelo presidente era que essa medida evitaria prolongar as discussões sobre o passado, ou seja, a intenção sempre foi o apagamento histórico, pois promoveria a paz da família brasileira.

Enquanto isso, os congressistas da ARENA (partido governista), apoiavam o projeto como um ato benevolente, ignorando as diversas falhas apontadas pelo MDB. Apesar da oposição, a Lei da Anistia foi aprovada conforme o desejo do governo. Embora muitos considerassem a lei injusta e incompleta, a proposta foi aprovada dia 22 de agosto com poucas alterações.



Alguns meses após a aprovação, os presos políticos que não haviam sido beneficiados pela Lei da Anistia, foram soltos, transparecendo a verdadeira intenção do governo: manter a população ocupada com o projeto de lei, para facilitar a impunidade dos torturadores. Ocorreu uma manipulação da ditadura tanto na auto anistia, quanto no plano de enfraquecer a oposição, pois a liberdade dos presos políticos e retorno dos exilados resultaria em novos partidos.

Apesar da anistia ter sido um passo importante no processo de redemocratização, é fundamental reconhecer que ela também contribuiu para um apagamento histórico, dificultando o debate público sobre os crimes da ditadura, transformando em uma ignorância da população sobre esse período.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

A ditadura brasileira é considerada uma das mais longas da América Latina. A instauração do governo autoritário durou de 1964 a 1985, esse período marcou o país com graves violações dos direitos humanos, praticadas com o apoio do Estado. Por essa razão, a Comissão da Verdade foi criada por meio da Lei n. 12.528, com o intuito de “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (art. 1º).

A CNV funcionou entre 2012 e 2014, em seu relatório final apontou 377 nomes de militares e civis que violaram os direitos humanos, além disso, sugeriu uma punição civil, criminal e administrativa. Entretanto, mesmo a Comissão da Verdade provando que as execuções e ocultação de corpos daquela época, foram decisões políticas, como o caso da Guerrilha do Araguaia. O Supremo Tribunal Federal (STF) não enxerga a possibilidade de retirar a Lei da Anistia.



A desvalorização dessa pauta impede que a sociedade reconheça esses atos como criminosos. Evidência disso é a falta de conhecimento da população sobre a ditadura, observada nas últimas eleições presidenciais. O pedido por um novo golpe é a maior prova de que muitos brasileiros desconhecem a censura e a opressão sofridas naquela época. Infelizmente, muitos acreditam que os depoimentos de vítimas e familiares são falsos e que há uma intenção de manipular a história, abraçando a ideia de que a ditadura foi uma espécie de disciplina que beneficiou o país.

COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E ARGENTINA

A Argentina se mostrou totalmente diferente por ter sido um dos primeiros países da América Latina a julgar os militares que participaram dos crimes de violação dos direitos humanos. Isso aconteceu logo após o fim da ditadura de 1983, pois o presidente da época, Raul Alfonsín, com um amplo apoio dos argentinos criou um grupo de investigação chamado Comissão Nacional sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (Conadep), contudo a pressão das forças armadas acabou resultando em leis que limitam esse debate político, como, por exemplo, a Lei do Ponto Final, que definiu o tempo limite de julgamento e a Lei da Obediência Civil, que deu impunidade a vários agentes opressores.

Após tanta pressão feita pelos tribunais para que anulasse a Lei da Anistia e levassem informações aos familiares das vítimas, em 2005, a vontade popular finalmente foi atendida e, além do mais reconhecida pela Suprema Corte como uma violação da Constituição.

A partir de 2005 o país não descansou pela busca de provas concretas contra os acusados, assim, conseguiu sentenciar mais de 80 casos, porém apenas uma parte cumpriu suas penas, pelo fato de conseguirem contornar com alguns recursos restantes. Além disso, a justiça Argentina foi extremamente rígida ao sentenciar os condenados, dando 20 anos de prisão ou até mesmo prisão perpétua.

Como único país da América Latina que deu um fim às leis de anistia, a Argentina, apesar de ter enfrentado por longos anos leis que impedissem os julgamentos dos militares.

Os tribunais não deixaram de lado os casos que ainda poderiam ser investigados, como roubo de cargas e sequestro de crianças, assim, os juízes usariam essa oportunidade para continuarem as investigações dos militares, mas dessa vez com a ajuda de testemunhas.

No caso brasileiro, demorou muito tempo para o país tomar um partido em relação às vítimas da ditadura. Somente em 2011, com a criação das Comissões Nacionais da Verdade, iniciaram-se as investigações necessárias para identificar os envolvidos pela violação dos direitos humanos. A pauta continuou sendo discutida, mas não houve avanços como a Argentina, devido a discordância entre a legislação nacional e a Jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Ao responsabilizar os agentes que cometeram essas violações, a Argentina demonstrou consideração pelas famílias das vítimas e garantiu que esses crimes não sejam esquecidos, mesmo diante das dificuldades enfrentadas nesse processo.



historiografia

MILITARES NA POLÍTICA BRASILEIRA

Os inúmeros episódios de violência que temos observado durante os últimos 40 anos da jovem república atual, não são uma consequência apenas dos anos de ditadura que decorrem em meio a Guerra Fria, mas sim, do bolo de eventos resultados dos 160 anos da história do Brasil. Nesta parte abordaremos determinadas questões que irão, através das considerações feitas, desconstruir este pensamento.

Antes de tudo, para evidenciarmos essas relações temos que traçar uma linha do tempo, que reforçará e fortalecerá a explicação.



GUERRA DO PARAGUAI

Esse conflito, resultado das tensões políticas da região, tem como desdobramento no Brasil a estruturação das Forças Armadas como conhecemos hoje.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA - 1889

As elites latifundiárias, descontentes com as medidas adotadas pelo então imperador D. Pedro II com relação a abolição, juntamente com o exército brasileiro, descontente com o reconhecimento dado pós guerra do Paraguai, articulam um golpe que romperia com os ideais monarquistas e posteriormente dando lugar a uma ditadura militar.

REPÚBLICA DAS ESPADAS

Esse período da república brasileira tem como principal característica a repressão de opositores políticos e também a contradição com relação aos ideais republicanos, uma vez que prometia ideais democráticos, mas fora marcado por períodos de intervenções autoritárias.

REPÚBLICA VELHA

A aliança entre os militares e as oligarquias é evidenciada nesse período. Presença de Coronelismo (compra de patentes pelos donos das terras - aliança militares e oligarquias) e o Movimento Tenentista (filhos da elite se incorporam ao exército).



ERA VARGAS Período de concentração de poder e conciliações com as elites.

REVOLUÇÃO/GOLPE DE 1930

Fim da República Café com Leite. Substituição de uma oligarquia por outra.

REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA 1932

Paulistas pegam em armas contra o Governo Federal, numa tentativa de reconquistar o poder que fora perdido dois anos antes com o desenrolar do golpe de 1930. São derrotados pelas tropas legalistas.

GOLPE DO ESTADO NOVO 1937

Getúlio e os militares legitimam a tomada de poder através da suposta “Ameaça Comunista”, iniciando assim um dos períodos mais repressivos da política brasileira.

APROXIMAÇÃO COM OS EUA 1942

A política de Boa Vizinhança adotada pelos Estados Unidos com os países da América do Sul, como forma de manter sua hegemonia.

GOLPE DE 1945

As mesmas categorias que colocaram Vargas no poder, serão responsáveis pela sua queda.

REPÚBLICA LIBERAL 1946-1964

Período de maior desenvolvimento industrial e fortalecimento da classe média. constantes ameaças à democracia.

O RETORNO DE VARGAS 1951

Após ser exilado, Vargas retorna ao poder de forma democrática, “nos braços do povo”. Nesse mandato encontrará algumas dificuldades políticas, por exemplo com relação à nacionalização de insumos, o que resultará em atrito com as elites e alguns setores das forças armadas.

O SUICÍDIO DE VARGAS 1954

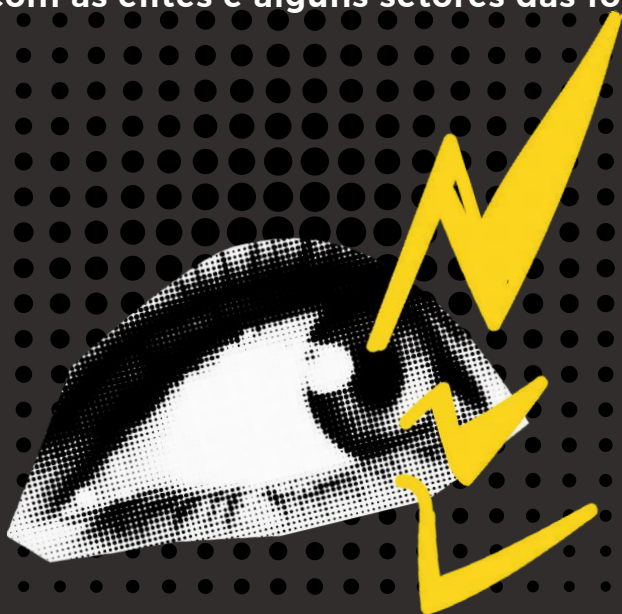
Medida que inviabiliza as “forças ocultas” que atuavam contra o povo brasileiro, a tomada de poder.

ELEIÇÃO DE 1960

Candidatos de chapas opostas são eleitos: Jânio Quadros e Jango.

JÂNIO QUADROS RENUNCIA O MANDATO

A renúncia de Jânio cria tensões na república.



CAMPANHA DA LEGALIDADE 1961

Aliado de Jango, Leonel Brizola juntamente com o exército gaúcho, se mobilizam diante de uma tentativa de golpe, que tinha como objetivo evitar a posse de Jango como vice-presidente em exercício.

INSTITUIÇÃO DO PARLAMENTARISMO NO BRASIL

Em resposta à posse de Jango, políticos da oposição se organizam e criam a emenda parlamentar, a qual tinha como objetivo limitar e enfraquecer João Goulart.

O GOLPE DE 1964

O período tem como característica, a legitimação da tortura, a imposição do autoritarismo e da censura. Esse momento da história evidencia a submissão de algumas alas da sociedade aos interesses de países estrangeiros.

PÓS DITADURA

A democracia brasileira foi consolidada através da conciliação da ala civil com as demais classes que protagonizaram esse regime. No entanto, mesmo conquistando a democracia, a sociedade brasileira carece de uma resolução para os crimes cometidos durante este período, fazendo essas questões serem vivenciadas pós ditadura.

Com isso, podemos concluir que as elites brasileiras juntamente com o exército brasileiro, utilizam de movimentos autoritários como uma ferramenta para garantir e permitir a manutenção de seus privilégios. Qualquer movimentação que entre em confronto com seus interesses, acabam sendo derrubados independentemente da justificativa leviana e inescrupulosa.



PORQUE **L****e****m****b****r****a****r**

Tendo esta visão ampla dos períodos pré, durante e pós ditadura militar, podemos visualizar de forma clara que os ecos deste momento não se dissiparam completamente perante a sociedade brasileira, mas se adaptaram e se adequaram ao cenário atual, utilizando de novas roupagens e pretextos para que continue influenciando a política nacional. É imperioso entender que, conforme percorrido neste trabalho, as águas sujas de sangue deste cenário histórico não escoaram completamente, mas, ainda são fontes das quais movimentos de grande força popular ainda bebem.



Uma das principais ideias políticas que bebem desta fonte é o movimento chamado “Bolsonarismo”, que refere-se a um ideal político de extrema-direita que emergiu no Brasil com a ascensão de Jair Messias Bolsonaro à presidência no ano de 2018, caracterizado por um discurso populista, nacionalista e ultra conservador.

Bolsonaro, ex-capitão da reserva do Exército Brasileiro, serviu de 1973 a 1988 nesta corporação. Bolsonaro ao longo de sua carreira militar controversa, foi acusado de cinco diferentes irregularidades, tendo que responder a um conselho de justificação, havendo inclusive um editorial de repúdio no “Noticiário do Exército”, veículo oficial de divulgação de notícias do Exército Brasileiro.

Após sair do exército, Bolsonaro inicia sua carreira política como vereador do Rio de Janeiro, cargo que deixou no ano de 1991 para se tornar deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, função que exerce por 27 anos, e que dá origem a seu desejo pela presidência. A campanha política de Bolsonaro para a presidência foi marcada por polêmicas e controvérsias que se entrelaçam com a construção de sua imagem pública e com seu passado militar, demonstrando as raízes do discurso do movimento bolsonarista.

O populismo, uma das principais estratégias discursivas do bolsonarismo, caracteriza-se por um apelo direto às emoções e frustrações de parte da população, especialmente a classe trabalhadora.



Com essa estratégia discursiva, este movimento político se aproveitou de um momento de fragilidade política e econômica, simulando o bolsonarismo como uma grande mudança, um movimento que ia contra a política vigente no país a anos e que poderia trazer renovação. Como dito por Bolsonaro com a famosa frase “Tem que mudar tudo isso que tá aí, tá ok?”, uma maneira rasa do então candidato dizer que era o representante de uma grande transformação e uma promessa de renovação política. O vácuo político pós impeachment de Dilma Rousseff, presidenta do Brasil de 2011-2016, foi o momento ideal para que um novo movimento tomasse espaço e se entranhasse no pensamento político brasileiro, se alimentando da incerteza do futuro e do descontentamento com a política por parte da população.

Em diversos deslocamentos políticos de extrema-direita, existem similitudes. Portanto, é de se esperar que o bolsonarismo saude de diversas maneiras os ocorridos durante a ditadura militar brasileira. Em diversos momentos, Bolsonaro relembrou e saudou figuras e situações vistas como cruéis para a memória brasileira, como o conhecido episódio em que o então deputado Jair Bolsonaro homenageia o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex chefe do principal centro de tortura e eliminação a opositores do regime militar, o Destacamento de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Durante o período em que Ustra comandou o DOI-CODI, foram contabilizadas 434 mortes e desaparecimentos, segundo a Comissão Nacional da Verdade, finalizada no dia 10/12/2014.



Bolsonaro também expressou seu desejo de estar cercado por homens das forças armadas dedicando cerca de 130 cargos de confiança exclusivamente a militares em seu governo no ano de 2019 segundo levantamento realizado pelo jornal O Estado de São Paulo no mesmo ano. Em dezembro de 2018, de acordo com o Estadão, o número de militares em cargos de gestão era maior do que o período de governo do general Castelo Branco (1964-1967).



Observa-se que em todo aspecto e discurso, Bolsonaro e a direita brasileira rememoram os pensamentos do Regime Militar, seja em sua configuração de governo, seja em suas falas e atos de governo. Bolsonaro é apenas uma das muitas alegorias que surgem e surgirão da direita brasileira para tentar invocar mais uma vez o fantasma de quem nunca morreu, a ditadura militar, juntamente com o objetivo de manter os interesses de uma elite protegida pelas forças de segurança do Brasil. Dessa forma, o discurso muitas vezes absurdo e venenoso de Bolsonaro, utiliza deste veneno para que seja um analgésico à política brasileira fragilizada e a população descontente, trazendo nas suas falas de ser contra toda a política vigente pensamentos já bem firmados e conhecidos, os pensamentos da ditadura militar.

CULTURA

DA CRÍTICA

Não é segredo que a Ditadura Militar no Brasil, não foi muito bem aceita pelo povo (embora existam algumas pessoas que apoiaram), muito menos por uma parte dos artistas brasileiros, que não ficaram parados diante de tantas injustiças. Chico Buarque de Holanda foi o artista mais famoso a escrever e publicar músicas que criticavam a ditadura, não abertamente em si, mas utilizando recursos linguísticos da língua portuguesa, como as figuras de linguagem, por exemplo, as metáforas, eufemismos, hipérboles entre outros. Assim como Buarque, Gilberto Gil, Elis Regina, Raul Seixas, e muitos outros, utilizaram a música para criticar a realidade brasileira da época. Porém, as críticas não se limitavam às músicas, elas se estenderam por outros meios de comunicação, como a literatura, a televisão, rádio, cinema e até no futebol brasileiro. Com o sucesso das críticas de Buarque, intelectuais influentes de esquerda que não concordavam com a situação da sociedade brasileira começam a expor seus pensamentos e desaprovações.

No campo da literatura, tivemos nomes como, Loyola de Brandão, Renato Tapajós, Ivan Ângelo, Érico Veríssimo, etc.

Em suma, alguns dos autores usaram crônicas com personagens “fictícios”, enfatizando as lutas individuais dos mesmos em defesa da democracia no Brasil.

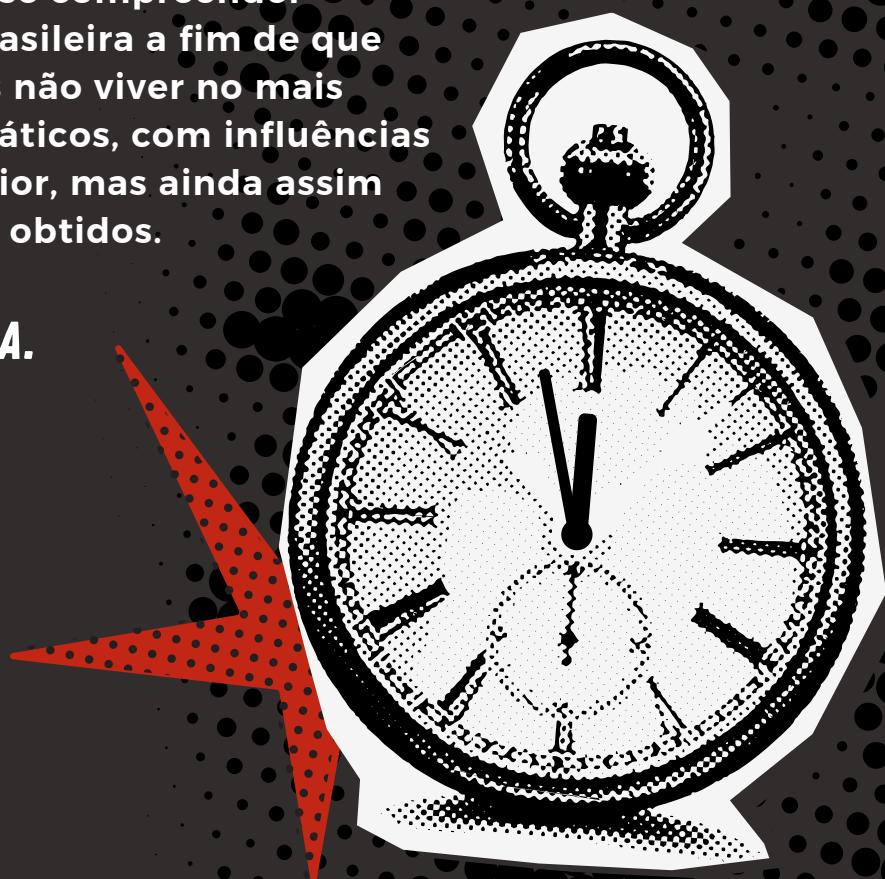


Atualmente é de conhecimento geral que o futebol, ou mais especificamente os atletas, não possuem como bagagem pessoal, consciência de classe ou até não dão a devida atenção, para a situação política de seu país, porém essa situação foi um pouco diferente na época, pois um time paulista de futebol ficou muito conhecido em sua época por alguns de seus melhores jogadores (Sócrates, CasaGrande, Zenon...) se posicionarem oficialmente contra a ditadura, o que ficou conhecido hoje em dia como a "Democracia Corinthiana", sendo um dos maiores movimentos políticos no esporte brasileiro.

O cinema nos anos 1970, recebia verba estatal e ao mesmo tempo recebia censura de muitos dos filmes lançados, isso se deu pela criação da "Embrafilme" em 1969, que financiou e produziu filmes. Um dos entraves sobre como falar do processo de modernização e de experiência autoritária pelo qual passava o Brasil foram radicalizados pelo chamado "Cinema Marginal", o filme "O Bandido da Luz Vermelha", de Rogério Sganzerla e claro, dotados de censura, pois a maioria dos cineastas eram de esquerda e portanto contra o regime em curso.

Entendendo a notabilidade que esses artistas tiveram em sua época no sentido de luta contra a ditadura, nós fizemos esse resgate para finalizar esta e-zine. Com isso, esperamos ter incutido no leitor a importância de se compreender esse período da história brasileira a fim de que ele não se repita. Podemos não viver no mais pleno dos regimes democráticos, com influências herdadas do período anterior, mas ainda assim é incontestável os avanços obtidos.

***"TEMOS ÓDIO À DITADURA.
ÓDIO E NOJO."***



BIBLIOGRAFIA

Editorial

MARIGHELLA, Carlos. Rondó da Liberdade. 1 edição. São Paulo: Brasiliense. 1994. Disponível em: <https://mpac.ufes.br/listing/cancao-dos-lirios/> Acesso em: 07 set 2024

Lula e o Apagamento

MEDEIROS, Josué. O grande erro de Lula nos 60 anos do golpe. Carta Capital. [S.l.]. 01 abr 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/o-grande-erro-de-lula-nos-60-anos-do-golpe/> Acesso em: 04 set 2024.

MONCAU, Gabriela. 'Lula é incoerente com a questão da ditadura', diz historiador às vésperas dos 60 anos do golpe militar. Brasil de Fato. São Paulo. 21 mar 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/21/lula-e-incoerente-com-a-questao-da-ditadura-diz-historiador-as-vesperas-dos-60-anos-do-golpe-militar> Acesso em: 04 set 2024

Anistia no Brasil

Expressão Nacional - Quais os resultados da Comissão Nacional da Verdade?. Entrevistados: Nilmário Miranda, Daniel Almeida, Gilney Amorim Viana e José Otávio Guimarães. Entrevistadora: Vania Alves. Brasília: Câmara dos Deputados. 23 dez 2014. Vídeo. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/447899-quais-os-resultados-da-comissao-nacional-da-verdade/> Acesso em 04 set 2024

QUINTANA, Adolfo. Comparativo entre as leis de anistia brasileira e argentina. Jusbrasil. [S.l.]. [2012?]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/comparativo-entre-as-leis-de-anistia-brasileira-e-argentina/330380204> Acesso em: 04 set 2024

WESTIN, Ricardo. Há 40 anos, Lei da Anistia preparou caminho para fim da ditadura. Brasília: Senado Federal. 05 ago 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura> Acesso em: 04 set 2024.

Historiografia - Militares na Política Brasileira

BATISTA JR, Paulo Nogueira. 70 anos da morte de Getúlio Vargas, o presidente que saiu da vida para entrar para a história. Brasil de Fato. [S.l.]. 24 ago 2024. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/08/24/70-anos-da-morte-de-getulio-vargas-o-maior-de-todos-os-presidentes> Acesso em 04 set

CARVALHO, José Murilo de. A formação das forças armadas no Brasil.

FAUSTO, Boris. A república conservadora.

SANTOS, Marco Aurélio dos. Campanha da legalidade: episódio de luta para defender a Constituição e a democracia. Brasil de Fato. São Paulo. 11 ago 2021. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/11/artigo-campanha-da-legalidade-episodio-de-luta-para-defender-a-constituicao-e-a-democracia> Acesso em: 04 set 2024.

SOUZA, Jessé J. F.. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WESTIN, Ricardo. Em 1961, Congresso aceitou renúncia e abortou golpe de Jânio Quadros. Brasília: Senado Federal. 06 ago 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-60-anos-congresso-aceitou-renuncia-e-abortou-golpe-de-janio-quadros> Acesso em 04 set 2024.

Porque Lembrar

CANES, Michèlle. Comissão reconhece 434 mortes e desaparecimentos durante ditadura militar. Agência Brasil. Brasília. 10 dez 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/comissao-reconhece-mais-de-200-desaparecidos-politicos-durante> Acesso em 04 set 2024

DAMASCENO, Natália Abreu. 'Tem que mudar tudo isso que tá aí, tá ok?'. Le Monde Diplomatique Brasil. [S.l.]. 06 dez 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/tem-que-mudar-tudo-isso-que-ta-ai-ta-ok/> Acesso em: 04 set 2024.

FERRAZ, Adriana et al. Mapa dos militares: onde estão os representantes das Forças Armadas no governo Bolsonaro. Estadão. [S.l.]. 02 mar 2019. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/infograficos/politica, mapa-dos-militares-onde-estao-os-representantes-das-forcas-armadas-no-governo-bolsonaro,975096> Acesso em: 04 set 2024.

GUIMARÃES, Juca. Conheça a história sombria do coronel Ustra, torturador e ídolo de Bolsonaro. Brasil de Fato. São Paulo. 17 out 2018. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/conhec-a-a-historia-sombria-do-coronel-ustra-torturador-e-idolo-de-bolsonaro> Acesso em: 04 set 2024.

HOLANDA, Marianna et al. Ministério terá mais militares do que em 1964. Estadão. [S.l.]. 16 dez 2018. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/politica/numero-de-militares-no-1-escalao-e-o-maior-desde-1964/> Acesso em: 04 set 2024

VALENTE, Rubens. Há 33 anos, a palavra oficial do Exército sobre Bolsonaro. Uol. [S.l.]. 25 fev 2021. Disponível em:

https://noticias.uol.com.br/columnas/rubens-valente/2021/02/25/bolsonaro-exercito-palavra-oficial-editorial.htm?_gl=1*1el6824*_ga*UTdNdFRsQXdnVFVuTjhOVzRkSHVGQ0tOSzYyMmFrSXozTkNobmVGVEZzNnFOc1ZaWwXNKNHhCTmISRkdWbngteA.*_ga_BS4Q6LCGB1*MTcyNDgwNzNm5Ny4xLjEuMTcyNDgwNzU3OS4wLjAuMA Acesso em: 04 set 2024

Cultura da crítica

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Memórias da ditadura. 2024. Disponível em:

<https://memoriasdaditadura.org.br/panorama-da-arte-e-cultura/> Acesso em 08 set 2024

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Íntegra do discurso presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães (10' 23"). Brasília. 1988. Disponível em

<https://bibliotecadoipppur.blogspot.com/2013/04/referencia-legislativa.html#:~:text=Observa%C3%A7%C3%A3o%3A%20Coloque%20o%20nome%20do,Congresso%20Nacional> Acesso em: 08 set 2024. Discurso do

deputado Ulysses Guimarães.

GIULIA GROSSO FERRAZ
IGOR S. R. SOLCI
KAYKE PORSANI T. DE AQUINO
LUCAS M. CAVALHERO
MIGUEL DE C. BROGNA
NICOLE VIEIRA DE MELO
NYCOLLAS DA SILVA FONSECA

2024

